

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.652.835 - SP (2020/0014483-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : THERESINHA ARANTES DE AGUIAR**  
**ADVOGADO : EDELI DOS SANTOS SILVA - SP036063**  
**AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por THERESINHA ARANTES DE AGUIAR contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, assim resumido:

CONSTITUCIONAL PREVIDENCIÁRIO REVISÃO DE BENEFÍCIO RECÁLCULO DA RMI DE AUXÍLIO-DOENÇA PETIÇÃO INICIAL CAUSA DE PEDIR INEXISTENTE INÉPCIA EXERCÍCIO DO DIREITO DE DEFESA PREJUDICADO EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO APELAÇÃO DA PARTE AUTORA PREJUDICADA.

Alega violação do art. 321 do CPC, sob o fundamento de que, uma vez considerada inepta a inicial, o juiz deve determinar a emenda da peça, em respeito ao princípio da economia processual, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O acórdão recorrido considerou inepta a inicial por entender que não se encontra especificado na exordial no que consistiria o alegado erro material, qual o critério deveria ter sido aplicado na apuração da RMI e qual o fundamento legal para o acolhimento da pretensão formulada (fl. 460).

Repita-se, se houvesse defeito na exordial de modo que não se pudesse extrair a exata pretensão da parte autora da ação cabia ao Tribunal "a quo" anular o tramite processual para que fosse emendada a inicial (fls. 461).

Em suma, não tendo sido determinado a emendada inicial (art. 321 do CPC/2015 e 284 do CPC/1973) é de se dar provimento ao recurso para reformar o acórdão recorrido e determinar a emenda a inicial (fl. 462).

É o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia alegada, na espécie, não houve o prequestionamento da tese recursal relativa ao dever do juiz de determinar a emenda de inicial considerada inepta, uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o

# *Superior Tribunal de Justiça*

viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ” (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017).

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018; e AgInt no AREsp n. 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente